



COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE/CPE, S.A.R.L.

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Quarto Exercício/1972

22/05/72

COMPANHIA PORTUGUESA DE ELECTRICIDADE/CPE, S.A.R.L.

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Quarto Exercício/1972

109. 125 473
Ec 10 304

Tip. SOCIEDADE de PAPELARIA, Lda.
Rua da Boavista, 375 — P O R T O

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Convoco os Senhores Accionistas, com direito de voto, nos termos estatutários, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na Sede Social, Rua de Sá da Bandeira, n.º 567, da cidade do Porto, no próximo dia 29 do mês de Março, às 15 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1.º — Deliberarem sobre o Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal, Balanço e Contas, relativos ao exercício do ano de 1972;
- 2.º — Deliberarem sobre a eleição para o triénio 1973/75:
— Da Mesa da Assembleia Geral, de cinco membros electivos do Conselho de Administração e dos membros electivos do Conselho Fiscal e da Comissão de Vencimentos.

Porto, 1 de Março de 1973.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Daniel Maria Vieira Barbosa

NOTA:

Nos termos do art. 9.º dos Estatutos, 500 acções dão direito a um voto, sendo permitido o agrupamento de accionistas que, isoladamente, as não possuam, devendo, neste caso, ser entregue na Sede Social, com a antecedência mínima de oito dias, carta assinada por todos com indicação da identidade do accionista escolhido para os representar.

O exercício do direito de voto dependerá:

- a) — Para os possuidores de acções nominativas, do averbamento das mesmas em seu nome ter sido efectuado com a antecedência mínima de oito dias em relação à data da reunião.
- b) — Para os titulares de acções ao portador, do depósito em seu nome na Sede Social, no Estabelecimento Central, ou em qualquer Banco do País, das acções que possuam, com a antecedência mínima de dois dias.

Em conformidade com o art. 15.º dos Estatutos, podem os accionistas com direito a tomar parte na Assembleia, fazer-se representar por outros accionistas que a ela pertençam. O respectivo mandato poderá ser conferido por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa até dois dias antes do fixado para a reunião, na qual seja devidamente identificado o representante.

SUMÁRIO

0 — *Resumo estatístico*

1 — *Exploração*

- 1.1 — Empreendimentos em exploração
- 1.2 — Reflexões sobre a exploração
- 1.3 — Evolução dos consumos
- 1.4 — Movimento de energia
- 1.5 — Contratos, tarifas e receitas de exploração
- 1.6 — Abastecimento de combustíveis

2 — *Novos empreendimentos*

- 2.1 — Empreendimentos em curso de realização
- 2.2 — Planeamento de novos centros produtores
- 2.3 — Planeamento da rede de transporte

3 — *Investigação*

- 3.1 — Laboratório Central
- 3.2 — Centros de Cálculo

4 — *Pessoal e organização. Acção social*

- 4.1 — Organização geral
- 4.2 — Assuntos gerais de pessoal. Conselho do Pessoal
- 4.3 — Formação, segurança e informação
- 4.4 — Acção social

5 — *Representação noutras empresas*

- 5.1 — Hidro-Eléctrica Portuguesa
- 5.2 — Empresa Carbonífera do Douro
- 5.3 — Empresa Insular de Electricidade (Ponta Delgada)
- 5.4 — SONEFE

6 — *Investimento e meios financeiros*

7 — *Plano de financiamento para 1973*

8 — *Balanço e resultados*

9 — *Considerações finais*

Mapas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

SENHORES ACCIONISTAS:

Em cumprimento da lei e dos estatutos, submetemos à vossa apreciação o balanço, as contas e o relatório das actividades da Companhia no exercício do ano de 1972.

Este relatório é essencialmente centrado nos aspectos administrativos e económico-financeiros e será completado com a publicação, em separado, de um relatório técnico dedicado às actividades de construção e exploração, conforme a orientação adoptada para 1971.

No decurso do último ano deu-se início, tal como fora anunciado, a uma fase de aperfeiçoamento de métodos e processos de trabalho, que continua em desenvolvimento, no âmbito do programa de reorganização da Companhia e com vista ao aumento da eficiência global da sua actividade.

0 — RESUMO ESTATÍSTICO

	Unidades	1972	1971	Varição %
ELEMENTOS FINANCEIROS				
Venda de energia a clientes . . .	10 ³ contos	2 101,3	1 925,3	+ 9,1
Combustíveis consumidos . . .	»	164,3	164,8	—
Energia adquirida e importada . . .	»	22,2	45,7	— 51,4
Despesas de exploração geral e impostos	»	460,0	384,3	+ 19,7
Encargos financeiros:				
Globais	»	676,0	554,0	+ 22,0
À carga da exploração	»	379,6	323,6	+ 17,3
Amortizações financeiras	»	498,3	465,6	+ 7,0
Resultados antes das dotações às subvenções legais e ao FAT	»	983,2	949,7	+ 3,5
Subvenções legais (a)	»	220,0	216,0	+ 1,9
Fundo de Apoio Térmico — FAT (b)	»	218,7	238,7	— 8,4
Lucro líquido	»	544,5	495,0	+ 10,0
Dividendos atrib. e propostos	»	484,5	437,9	+ 10,6
Investimento do ano	»	1 936,3	1 761,9	+ 9,9
Investimento acumulado bruto	»	21 032,1	19 095,8	+ 10,1
Reintegrações do ano	»	394,7	380,2	+ 3,8
Reintegrações acumuladas	»	2 559,5	2 164,8	+ 18,2
Financiamento do ano	»	1 571,1	1 633,8	— 3,8
Capitais permanentes	»	17 883,6	16 616,6	+ 7,6
Próprios e condicionados	»	8 491,3	8 253,8	+ 2,9
Alheios	»	9 392,3	8 362,8	+ 12,3
Recursos próprios (acumulados)	»	11 050,8	10 418,7	+ 6,1
Capacidade de autofinanciamento global	»	1 059,2	1 003,1	+ 5,6
Valor acrescentado bruto (c)	»	2 479,9	2 143,2	+ 15,7
Lucro líquido/Capital em circulação	%	9,9	9,0	
Investimento do ano/vendas	%	92,1	90,2	
VENDA DE ENERGIA				
TOTAL	GWh	6 541,0	5 874,8	+ 11,3
Grandes distribuidores	GWh	5 690,0	5 098,5	+ 11,6
Consumidores directos	GWh	851,0	776,3	+ 9,6
Preço da energia médio global:				
Grandes distribuidores	ctvs/kWh	32,1	32,8	— 2,1
Consumidores directos	ctvs/kWh	33,5	34,0	— 1,5
Consumidores directos	ctvs/kWh	22,9	24,6	— 6,9
PRODUÇÃO				
Número de centrais		16	15	
Potência instalada no fim do ano	MW	1 867	1 743	+ 7,1
Aumento da potência instalada	MW	124	120	
Produção total	GWh	7 234	6 353	+ 13,9
Ponta máxima	MW	1 367	1 247	+ 9,6
TRANSPORTE				
Extensão das linhas:				
220 kV	km	1 506	1 506	
150 kV	km	1 347	1 340	
60 kV	km	397	372	
Número de subestações		11	11	
Potência instalada	MVA	2 635	2 635	
PESSOAL				
Exploração		1 453		
Construção:				
Estudos e projectos		331		
Estaleiros		1 117		
Serviços Gerais		1 162 (d)		
Investigação e Centros de Cálculo		151		
Oficinas e Armazéns		191		
Outros		140		
TOTAL		4 545 (e)		

(a) Complemento para amortizações financeiras e autofinanciamento, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 46 031, de 14-11-1964, e 46 917, de 23-3-1966.

(b) Decreto-Lei n.º 46 031, de 14-11-1964.

(c) Participação da Companhia no PNB, correspondendo à diferença entre o valor dos bens e serviços produzidos (exploração eléctrica e actividades relacionadas com projectos e construção de novos empreendimentos) e o dos bens e serviços consumidos, uns e outros a preços do mercado.

(d) Actividade repartida por exploração e construção.

(e) Na data de constituição da Companhia o total do pessoal era de 4 940 empregados.

1 — EXPLORAÇÃO

1.1 — Empreendimentos em exploração

Os empreendimentos que a CPE tem actualmente em exploração são os seguintes:

Sistema	Empreendimento	Ano de entrada em serviço	Potência MW	Custo (a) (milhares de contos)
Cávado-Rabagão	Venda Nova	1951	81	470
	Salamonde	1953	42	216
	Cançada	1955	60	396
	Paradela	1956	54	810
	Alto Rabagão	1964	72	1 574
	V. das Furnas	1973 (b)	64	1 052
Douro	Picote	1958	180	705
	Miranda	1960	174	886
	Bemposta	1964	210	1 099
	Távora	1965	64	968
	Carrapatelo	1971	180	2 124
Zêzere	C. do Bode	1951	139	676
	Cabril	1954	97	513
	Bouçã	1955	50	202
Total hídrico			1 467	11 691
Termoeléctrico	T. do Outeiro			
	Grupo 1	1960	50	324
	Grupo 2	1964	50	249
	Grupo 3	1967	50	257
	Carregado			
Grupo 1	1968	125	822	
Grupo 2	1969	125	430	
Total térmico			400	2 082
Rede de transporte	Linhas:	220 kV	1506 km	741
		150 kV	1347 km	441
		60 kV	397 km	78
	Subestações:	Ermesinde	250 MVA	98
		Vermoim	480	131
		Estarreja	120	59
		Pereiros	360	115
		Vila Chã	120	47
		Zêzere	120	72
		Sacavém	305	108
		Alto de Mira	480	124
		Setúbal	180	48
		Porto Alto	120	55
		Fer. do Alentejo	100	46
Total de rede de transporte			2635 MVA	2 163
Outras instalações	Laboratório e telecomunicações			145
TOTAL				16 081

(a) Valor escritural em 31-12-1972.

(b) Ligado à rede, pela primeira vez, em 1972.

Notas ao quadro da página anterior:

Em relação ao ano transacto, este quadro difere:

- no aproveitamento de Vilarinho das Furnas, situado no rio Homem e pertencente ao sistema Cávado-Rabagão: ligado à rede em Maio, dispondo presentemente de um grupo gerador de 64 MW;
- no aproveitamento de Carrapatelo, no Douro Nacional: em Agosto entrou em funcionamento o último dos três grupos geradores de 60 MW com que está equipado;
- na rede de transporte: aumento da rede de 150 kV com a ligação da linha Vilarinho das Furnas-Caniçada, e da rede de 60 kV com a ligação do 2.º terno da linha Tapada do Outeiro-Vermoim.

1.2 — Reflexões sobre a produção

A produção total de energia eléctrica em Portugal Continental, durante o ano de 1972, atingiu cerca de 8 760 GWh; adicionando a este valor o saldo importador das trocas internacionais, obtemos um total de cerca de 8 800 GWh que poderemos considerar como correspondente ao consumo total interno (referido à produção, ou seja, incluídas as perdas).

A produção da rede da CPE em 1972 foi de 7 234 GWh, o que corresponde a 82,6 % da referida produção total do País — serviço público e particular — e a 88,5 % da produção da rede das principais empresas de serviço público (rede que se integrava no extinto Repartidor Nacional de Cargas).

As produções da nossa empresa, em 1972 e em 1971, repartiram-se da seguinte forma:

	GWh	
	1972	1971
Produção: Sistema Douro	4 323	3 458
Sistema Cávado-Rabagão	994	1 042
Sistema Zêzere	742	673
	-----	-----
Total das centrais hidráulicas	6 059	5 173
Centrais térmicas	1 175	1 180
	-----	-----
Total	7 234	6 353
Trocas internacionais: saldo de importação (*)	35	160
	-----	-----
TOTAL	7 269	6 513

(*) Importação directa pela CPE (através da linha a 220 kV Pocinho-Saucelle).

A produção térmica registada em 1972 foi, no seu conjunto, praticamente igual à de 1971, tendo a central do Carregado produzido 955 GWh e a da Tapada do Outeiro 220 GWh. O acréscimo de consumo da nossa rede foi satisfeito não só a partir de uma produção mais elevada da central do Carrapatelo, agora já em exploração com os seus três grupos geradores, mas ainda de uma maior produção em todos os aproveitamentos do Douro Internacional. A produção dos aproveitamentos de albufeira situou-se num valor próximo do verificado em 1971; o armazenamento do conjunto das nossas albufeiras situava-se, porém, no final de 1972, cerca de 650 GWh acima do correspondente valor de 1971, o que nos permitiu dispensar, na parte final do ano (e no início de 1973), a elevada produção térmica de apoio às albufeiras que foi necessário realizar em idêntico período de 1971.

O coeficiente de produtibilidade hidroeléctrica global (*), do ano de 1972, foi de 1,06, valor que desce a 0,91 se nos referirmos ao ano hidrológico, em resultado de terem sido muito desfavoráveis os meses de Novembro e Dezembro de 1971. Para efeitos de comparação, indica-se que em 1971 os coeficientes de produtibilidade haviam sido de 0,90 e 0,91, respectivamente para o ano civil e o ano hidrológico.

Quanto à interligação internacional refere-se que foi mantida em serviço durante a maior parte do ano, embora em geral sem trocas de energia programadas e, portanto, apenas por motivo de garantia do serviço. São, porém, de salientar a importação de energia efectuada durante o mês de Janeiro e primeiros dias de Fevereiro, proveniente de Espanha e de França, em sequência do regime de severo prolongamento da estiagem de 1971, e a exportação para Espanha de excedentes de energia hidroeléctrica do nosso sistema produtor, efectuada ainda durante o primeiro trimestre do ano, a título de permuta, com a correspondente importação durante a estiagem.

1.3 — Evolução dos consumos

Na rede da CPE e empresas interligadas, abastecendo actualmente cerca de 93 % do consumo total do País, verificou-se em relação ao ano anterior um acréscimo de 12,9 % na produção total. Esta percentagem, como se compreende, não é, por si só, significativa da evolução dos consumos; na realidade, há que tomar em conta os movimentos de importação e exportação e também o consumo

(*) O coeficiente de produtibilidade hidroeléctrica é a relação entre os valores de energia hidráulica produtivo num dado ano e em ano de regime hidrológico médio. O ano hidrológico é contado de 1 de Outubro a 30 de Setembro do ano seguinte.

em bombagem hidroeléctrica o qual, logicamente, não deverá ser incluído no consumo global cuja evolução se deseja conhecer.

Tomados em consideração os factores acima indicados, conclui-se que a taxa de crescimento dos consumos totais da rede referida foi em 1972 de 10,2 % (valor que desce a 9,9 % uma vez efectuada a correcção devida ao facto de o ano ter sido bissexto); a taxa correspondente a esta havia sido, em 1971, de 8,6 %.

1.4 — Movimento de energia

O balanço da energia produzida na nossa rede e da energia vendida em 1972 é o seguinte:

	GWh
Produção total	7 234
Saldo importador	35
Outras recepções	3
Energia vendida	6 541
Consumo em bombagem (de Venda Nova para o Alto Rabagão) (*)	93
Perdas na rede e consumos próprios	638

Decomposição da energia vendida

1) Grandes distribuidores

Comp. Reunidas Gás e Electricidade	2 034	
União Eléctrica Portuguesa		
— Rede Norte	1 117	
— Rede Sul	698	1 815

Companhia Hidro-Eléctrica do Norte de Portugal	825	
Companhia Eléctrica das Beiras	310	
Câmara Municipal do Porto (**)	295	
Hidro-Eléctrica Alto Alentejo	187	
Comp. Eléctrica Alentejo e Algarve	163	
Empresa Hidroeléctrica da Serra da Estrela	56	
Hidro-Eléctrica Portuguesa	5	

Total		5 690
2) Outros consumidores directos		851

TOTAL DE ENERGIA VENDIDA		6 541

(*) Correspondente a um acréscimo de armazenamento, no Alto Rabagão, de 306 GWh.

(**) Apenas a energia facturada directamente pela CPE.

1.5 — Contratos, tarifas e receitas de exploração

No sentido de firmar ou actualizar contratos de fornecimento de energia eléctrica com todos os clientes, ultimaram-se negociações com alguns, iniciaram-se conversações com outros e redigiram-se novas minutas para quase todos os restantes consumidores mais representativos, incluindo os grandes distribuidores.

Para os consumidores especiais cuja actividade fabril, por motivos de ordem económica resultantes de grande consumo específico de energia eléctrica, ou também de concorrência ao nível internacional, não permite suportar a tarifa geral da CPE, têm-se praticado preços especiais que sejam, simultaneamente, compatíveis com os custos marginais de produção e com o grau de garantia exigida ou admitida pelo respectivo cliente em ano hidrológico crítico.

Segue-se em quadro a indicação, comparada com 1971, dos volumes de energia vendida, respectivas receitas e preços médios, discriminados entre distribuidores e consumidores directos:

	Energia vendida GWh		Receita 10 ³ contos		Preço médio ctvs./kWh	
	1972	1971	1972	1971	1972	1971
Redes de distribuição . . .	5690	5099	1907	1734	33,5	34,0
Outros clientes	851	776	194	191	22,9	24,6
TOTAL	6541	5875	2101	1925	32,1	32,8

1.6 — Abastecimento de combustíveis

1.6.1 — Central da Tapada do Outeiro (produção em 1972: 220,3 GWh)

Devido ao consumo verificado em 1971 e ainda, com maior relevância, ao consumo elevado de 1970, o carvão armazenado nos parques da central no início de 1972 era de 236 744 toneladas. Durante o ano receberam-se 201 323 t de antracites nacionais. Os consumos verificados totalizaram 119 103 t, pelo que o armazenamento no final do ano se situava em 318 964 t, tendo portanto subido de 82 220 t.

O consumo de fuel-óleo nesta central foi de 14 010 t, correspondendo ao mínimo necessário para tornar tecnicamente possível a queima das antracites pobres nacionais. Foram recebidas na central 15 577 t, subindo assim o armazenamento de 4 802 t, no início do ano, para 6 369 t no final do mesmo.

1.6.2 — Central do Carregado (produção em 1972: 954,6 GWh)

O consumo anual de fuel-óleo nesta central atingiu 223 475 t. Foram recebidas na central 215 959 t de fuel-óleo produzido nas refinarias nacionais, pelo que as reservas armazenadas passaram de 59 658 t, no início do ano, para 52 142 t no fim do mesmo.

2 — NOVOS EMPREENDIMENTOS

2.1 — Empreendimentos em curso de realização

2.1.1 — Centrais hidroeléctricas

Sistema	Empreendimento	Datas previstas de entrada em serviço	Potência MW	Energia produtível (GWh/ano)		Custo estimado actualmente (milhares de contos)
				em ano médio	em ano crítico	
Douro	Régua Valeira	2.º trimestre 1973	156	743	414	2000
		2.º semestre 1975	216	850	440	2300
Mondego	Aguieira	2.º semestre 1978	300	235	95	2400(*)
Tejo	Fratel	Fins de 1973	130	430	208	1220

Régua

Concluída a betonagem da barragem; em acabamento as montagens dos equipamentos hidromecânicos e em fase adiantada as montagens do equipamento electromecânico.

Valeira

Barragem em betonagem, prosseguindo as escavações na zona da central.

Aguieira

Em execução a galeria de derivação provisória e a ensecadeira de montante.

(*) Investimento global previsto neste empreendimento de fins múltiplos, a repartir entre o Estado e a CPE.

Fratel

Concluídos os principais trabalhos de construção civil; em acabamentos as montagens dos equipamentos hidromecânicos e em fase de montagem o equipamento electromecânico.

2.1.2 — Centrais térmicas

Central	Grupos	Potência MW	Data prevista de entrada em serviço	Custo estimado actualmente (milhares de contos)
Carregado	3	125	1.º semestre de 1973	545
	4	125	2.º semestre de 1973	410
	5	125	1.º semestre de 1975	715
	6	125	2.º semestre de 1975	650
Tunes	1 e 2	2 × 16,25	2.º semestre de 1973	124
Setúbal	1	250	2.º semestre de 1976	1475
	2	250	1.º semestre de 1978	1033

Central do Carregado (2.ª fase)

Grupo 3 — Em fase final de ensaios.

Grupo 4 — Em montagem; ensaios de arranque a iniciar em meados de 1973.

Central do Carregado (3.ª fase)

Grupos 5 e 6 — Em curso os trabalhos de construção civil; adjudicados os equipamentos principais.

Central de Setúbal

Realizadas sondagens de prospecção geológica no terreno. Lançados, em Janeiro de 1973, os concursos relativos aos grupos turbo-alternadores e grupos geradores de vapor 1 e 2.

Central de Tunes

Em curso os trabalhos de construção civil; em fabricação os dois grupos geradores com turbinas a gás.

2.1.3 — Rede de transporte

Além dos trabalhos de construção de novas linhas e ampliação de subestações, prosseguiu uma larga actividade de estudo e projecto, com vista à concretização do amplo plano de expansão previsto para a rede de transporte, com abertura de novas subestações e introdução na rede da tensão de 380 kV.

2.2 — Planeamento de novos centros produtores

Na sequência dos estudos de planeamento que têm vindo a ser efectuados, as necessidades em equipamento do nosso sistema electroprodutor, para fazer face ao crescimento dos consumos, serão satisfeitas, na parte do subsistema térmico, com a nova central de Setúbal a equipar com 4 grupos de 250 MW, previstos para entrarem em serviço, escalonadamente, de 1976 a 1980.

Seguidamente, e a ser comprovada a sua viabilidade económica, como se espera, iniciar-se-á a produção por via nuclear no nosso País, com a instalação de um primeiro reactor de 500 a 600 MW, para entrar em marcha industrial cerca de 1981. Para tanto estão em curso, segundo programa convenientemente delineado, os estudos prévios e trabalhos preparatórios necessários.

Por motivo de segurança e de apoio à rede Sul, entrarão em serviço no presente ano de 1973 dois grupos de arranque rápido, com turbinas a gás, de 16,25 MW cada, na subestação de Tunes, no Algarve.

O novo programa hidroeléctrico — a partir dos estudos e projectos em curso (alguns já adiantados) — deverá ser definido em 1973/74, tendo em conta as conveniências próprias da rede eléctrica, a orientação oficial no que diz respeito aos empreendimentos de fins múltiplos e, ainda, os compromissos decorrentes do convénio luso-espanhol para o aproveitamento dos rios limítrofes.

Os aproveitamentos que se apresentam com maior interesse económico, são: Pocinho, no rio Douro; Sela, no Minho Internacional; e o aproveitamento do rio Lima. Quanto aos aproveitamentos de fins múltiplos, apontam-se Crestuma, com vista a assegurar a navegação industrial do rio Douro; e Alqueva, no Guadiana, que é a obra fundamental do Plano de Rega do Alentejo.

O investimento previsto em novos centros produtores na vigência do IV Plano de Fomento, de 1974 a 1979, é de 16 milhões de contos, a preços de 1972.

A CPE tem colaborado activamente com as entidades oficiais nos trabalhos decorrentes da fase preparatória do IV Plano de Fomento, nomeadamente com as Comissões de Planeamento das Regiões do Norte e do Sul e a Comissão de Planeamento das Indústrias Extractivas e Transformadoras e da Energia, esta no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

2.3 — Planeamento da Rede de Transporte

Continuaram em 1972 os estudos que a contínua expansão da rede de transporte obriga a manter constantemente actualizados.

Os principais objectivos neste domínio continuam a ser, para além da ampliação das subestações existentes:

— abertura de novas subestações sempre que o crescimento dos consumos e a correspondente evolução da rede o justifiquem, como é o caso de Pocinho, Régua, Batalha, Cercal, Carregado, Setúbal (Norte), Barreiro, Sines e Tunes;

— construção de novas linhas de transporte que assegurem a conveniente ligação à rede das novas centrais e o adequado abastecimento das subestações de alimentação das redes de grande distribuição;

— arranque da nova rede a 380 kV, justificada pelas elevadas potências de que disporão as futuras centrais térmicas e nucleares, a qual assegurará a interligação com a rede europeia à mesma tensão, pelo vale do Tejo, e reforçará a necessária ligação das referidas centrais com o sistema produtor hidroeléctrico do norte do País.

O investimento na rede de transporte, que se prevê efectuar no decorrer do IV Plano de Fomento, é da ordem de 2,5 milhões de contos, a preços de 1972.

3 — INVESTIGAÇÃO

3.1 — Laboratório Central

O Laboratório participou nos ensaios de recepção de materiais e equipamentos destinados a linhas, centrais e subestações, além do habitual trabalho de estudo, projecto e conservação das teleinformações, das protecções da rede e da aparelhagem de medida. Continuou igualmente a cooperação no estudo dos problemas relacionados com a expansão da rede da Companhia, quer no que toca ao seu funcionamento, quer no que respeita ao planeamento, nomeadamente a introdução do escalão de 380 kV.

Lançada no ano anterior a consulta para a automatização da maior parte das centrais hidroeléctricas — que já foi objecto de adjudicação de princípio, estando a sua execução em curso —, foi expedida já em 1972 a consulta para o telecomando das mesmas centrais, a qual se encontra, à data da elaboração deste relatório, em fase de apreciação e esclarecimento das propostas recebidas.

Ainda durante o ano de 1972 foi elaborado um anteprojecto de ampliação do Laboratório com vista à satisfação das finalidades e objectivos que lhe foram consignados, no âmbito alargado da Companhia emergente da fusão das anteriores cinco empresas.

3.2 — Centros de Cálculo

Foi montado e entrou em serviço no último trimestre de 1972 o potente conjunto de equipamento de cálculo encomendado em fins de 1971 para o Centro de Cálculo de Lisboa. Este equipamento ficou instalado em edifício próprio, estudado, projectado e construído em tempo bastante curto, a fim de não prejudicar o programa das montagens.

Em face da complexidade do novo equipamento promoveu-se uma intensa acção de formação e treino do pessoal, a qual se iniciou antes da montagem e ainda prossegue.

No Centro de Cálculo do Porto verificou-se, em 1972, um acréscimo de 30 % na utilização do sistema nele instalado.

A integração dos dois centros de cálculo da Companhia — que funcionarão interligados — está em curso de processamento de modo a obter-se a utilização mais racional dos meios existentes, quer no campo do cálculo científico, quer nos campos do planeamento e exploração da rede, quer ainda na gestão administrativa em todas as aplicações em que tal se mostrar rendável.

4 — PESSOAL E ORGANIZAÇÃO. ACÇÃO SOCIAL

4.1 — Organização geral

Em seguimento dos trabalhos de análise-diagnóstico efectuados no ano passado, iniciou-se em Abril, com apoio de consultores especializados, um amplo projecto de reorganização de métodos e processos administrativos e de introdução de um método de gestão por objectivos e de sistemas de informação e controle de gestão.

No decurso do ano de 1972 ficou concluído o estudo do enquadramento de pessoal. Este estudo realizou-se no âmbito das boas técnicas de gestão, mas não se ignoraram as perspectivas sociais que ao caso poderiam interessar. Por isso, se nessa operação se deveria ter em vista um quadro e a distribuição mais conveniente do pessoal, não seriam de menosprezar as consequências e as nossas obrigações quanto aos elementos provenientes das empresas fusionadas que poderiam dispensar-se. Assim, em relação aos trabalhadores com menor antiguidade na empresa e condições de idade e saúde compatíveis com a possibilidade de obter novo emprego e não considerados no quadro permanente, pelo processo de indemnização ou equivalente cessaram mais de 200 contratos de trabalho por dispensa ou acordo. Estas medidas foram antecedidas de numerosos testes para escolha do pessoal que interessasse à Companhia manter para formação e reconversão profissional.

Todas as operações foram efectuadas em íntima cooperação com os Serviços do Ministério das Corporações e Previdência Social, especialmente com o Serviço Nacional de Emprego.

O número de empregados da CPE era de cerca de 4540 em fins de Dezembro.

4.2 — Assuntos gerais de pessoal. Conselho do Pessoal

No âmbito do Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade, acompanhámos e participámos no desenvolvimento dos trabalhos de revisão do contrato colectivo de trabalho, iniciados no ano transacto. Não se tendo chegado a acordo com os Sindicatos, quer nas negociações prévias, quer na fase de conciliação, passou-se à arbitragem prevista por lei, cujos resultados ainda não são conhecidos.

No âmbito da empresa, foi constituída e iniciou os seus trabalhos a comissão de recurso para atender as reclamações da revisão da qualificação de funções efectuada nas empresas fusionadas. Também se desenvolveram os trabalhos de análise e qualificação das novas funções criadas pela organização de arranque da Companhia, que deverão ficar concluídos brevemente.

Procedeu-se ainda a estudos de formas de aplicação prática do Decreto-Lei n.º 409/71, que institui o novo regime de duração do trabalho e que foi posto em vigor para as empresas concessionárias da indústria eléctrica pelo decreto regulamentar n.º 489/72. Completaram-se os estudos relativos à uniformização dos períodos e horários de trabalho praticados nas empresas fusionadas, esperando-se poder em breve concretizar medidas tendentes a essa uniformização.

Seguindo a orientação anterior de aproveitamento e valorização do pessoal existente para o provimento de novos postos de trabalho, sem o recurso, por ora, a admissões para o quadro permanente, realizaram-se concursos envolvendo cerca de 500 candidatos.

Em todos os assuntos relacionados com as políticas de pessoal, o Conselho de Gerência contou com a colaboração do Conselho do Pessoal que reuniu com regularidade durante o ano, apoiado na estrutura representativa a que se fez referência no relatório anterior. No âmbito das suas funções consultivas e informativas, este órgão tem-se revelado de muita utilidade para o bom desenvolvimento das relações sociais na empresa, promovendo uma efectiva e ordenada participação do pessoal no conhecimento das orientações gerais da Companhia e na preparação das que mais directamente lhe interessam.

4.3 — Formação, segurança e informação

Dentro da orientação definida, desde o início, de aproveitamento e valorização do pessoal sem novas admissões, incrementaram-se, em 1972, as actividades de formação interna, visando sobretudo o preenchimento dos novos postos de trabalho criados pela expansão da Companhia. Porque se tornava necessário preencher as linhas de carreira a partir dos postos mais baixos, foi considerado especialmente o pessoal de menor nível de instrução, do qual cerca de 120 trabalhadores se prepararam em matérias básicas, para seguirem cursos especializados ou para prestarem serviço em postos de maior nível funcional.

Com o início da actividade do Centro de Formação para centrais térmicas, em Sacavém, previsto para uma frequência de 40 alunos, foi lançado um plano de cursos com vista à reconversão do pessoal que permitirá o preenchimento dos postos técnicos mais qualificados necessários ao arranque e funcionamento dos futuros grupos térmicos. Também neste Centro, aliás fora do plano mencionado, teve lugar um curso para electricistas auxiliares de centrais hídricas e subestações, que aumentou para mais de duas dezenas o número de trabalhadores especializados provenientes de reconversão. Um ou dois cursos deste tipo terão ainda lugar em 1973, para, com certa segurança, ocorrer às necessidades que possam surgir.

Continuaram a ser concedidas facilidades para a frequência de cursos em todos os escalões no ensino oficial, estando a aproveitar deste regime no presente ano lectivo cerca de 170 funcionários. Vários cursos foram concluídos no ano anterior.

No âmbito do INII continuámos a participar nos trabalhos que levaram já à oficialização, pelo Ministério da Educação Nacional, do ciclo preparatório por disciplinas quando ministrado nas empresas dentro de normas especiais.

Durante o ano de 1972 foram também prosseguidas as actividades de formação e informação em matéria de segurança profissional.

Continuaram a proporcionar-se, em grande número, estágios escolares a alunos nacionais do ensino secundário, médio e superior, e a alunos estrangeiros do ensino superior, em regime de permuta com os nacionais, no sentido de colaborar com as entidades oficiais na preparação dos futuros técnicos.

4.4 — Acção social

Durante o ano concluíram-se os trabalhos conducentes à fusão dos CAT das empresas fusionadas no Clube do Pessoal da CPE, tendo já sido eleitos os dirigentes previstos nos estatutos. Tanto através

dos antigos como do novo CAT prosseguiram as habituais actividades de carácter cultural e recreativo.

Os Serviços Médicos vêm desenvolvendo larga actividade, quer no campo da medicina do trabalho, quer no da previdência social e complementar da empresa, de que beneficiam funcionários, no activo e reformados, e seus familiares, num total de cerca de 18 000 pessoas, referindo-se os seguintes indicadores mais expressivos:

a) medicina do trabalho	
— trabalhadores examinados	3 457
b) clínica médica e especialidades	
— consultas de clínica geral	62 355
— consultas de pediatria	7 581
— consultas de outras especialidades	10 453
— intervenções cirúrgicas	261

Tem prosseguido a acção escolar dirigida a familiares de funcionários, ao nível do ciclo preparatório e do ensino técnico, em algumas instalações exteriores, sendo também utilizado e acompanhado o ensino ministrado pela telescola. Manteve-se a atribuição, a filhos de funcionários de menor remuneração, de subsídios para estudo, e ainda a concessão de prémios escolares para distinguir os alunos de melhor aproveitamento, abrangendo igualmente funcionários da Companhia em estudos oficiais.

Realizaram-se as tradicionais festas de Natal, em Lisboa, Porto e nas instalações exteriores mais isoladas.

5 — REPRESENTAÇÃO NOUTRAS EMPRESAS

5.1 — Hidro-Eléctrica Portuguesa

O cargo de presidente do Conselho de Administração continuou a ser desempenhado pela CPE.

No decurso do ano intensificou-se a melhoria de processos de gestão, sobretudo na rede de distribuição própria da empresa, e foram concluídas as negociações para a cedência da posição desta sociedade na Eléctrica Duriense.

5.2 — Empresa Carbonífera do Douro

Na linha de orientação oficialmente definida, que visa a integração no sector da electricidade da actividade das minas nacionais de carvão com reservas técnica e economicamente exploráveis —

o que conduziu à designação da CPE como administrador por parte do Estado da Empresa Carbonífera do Douro — temos vindo a acompanhar apropriadamente a sua actividade e a dar o nosso contributo para a resolução das dificuldades com que aquele sector mineiro se debate.

Circunstâncias que se ligam com a necessidade de assegurar a laboração de algumas indústrias que não puderam ainda reconverter os seus sistemas de queima, impediram que toda a produção da mina em 1972 — 247 944 t de antracite — fosse encaminhada para a central termoeléctrica da Tapada do Outeiro, como previsto no relatório do ano precedente. Esta central recebeu, todavia, cerca de 78 % daquela produção, ou seja 193 385 t, volume que ultrapassa os quantitativos anteriormente satisfeitos pelas duas empresas concessionárias dos coutos mineiros da bacia duriense, ao abrigo dos últimos contratos.

5.3 — Empresa Insular de Electricidade (Ponta Delgada)

Na qualidade de presidente do Conselho Fiscal desta empresa — e também através do nosso delegado no Conselho Geral — temos acompanhado, com o maior interesse, as suas actividades, nomeadamente nos domínios técnico-económicos correspondentes aos planos de desenvolvimento da electrificação da ilha de S. Miguel, sendo de anotar igualmente, quanto à exploração, o grande desenvolvimento dos consumos e a melhoria da qualidade técnica do serviço.

5.4 — SONEFE

A CPE foi reeleita em 1972 para membro do Conselho Fiscal desta empresa, continuando a acompanhar interessadamente as suas actividades ao longo do ano. É de assinalar a fase de acentuada expansão em que se encontram essas actividades, nomeadamente em resultado do grande aumento dos consumos de electricidade em Angola.

6 — INVESTIMENTOS E MEIOS FINANCEIROS

Na execução do plano de actividades da Companhia, que visa dotar o País com meios capazes de satisfazer o acréscimo esperado do seu mercado consumidor, a CPE investiu 1 936 294 contos em 1972.

GRÁFICO 1

POSIÇÃO DA CPE
NA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉCTRICA

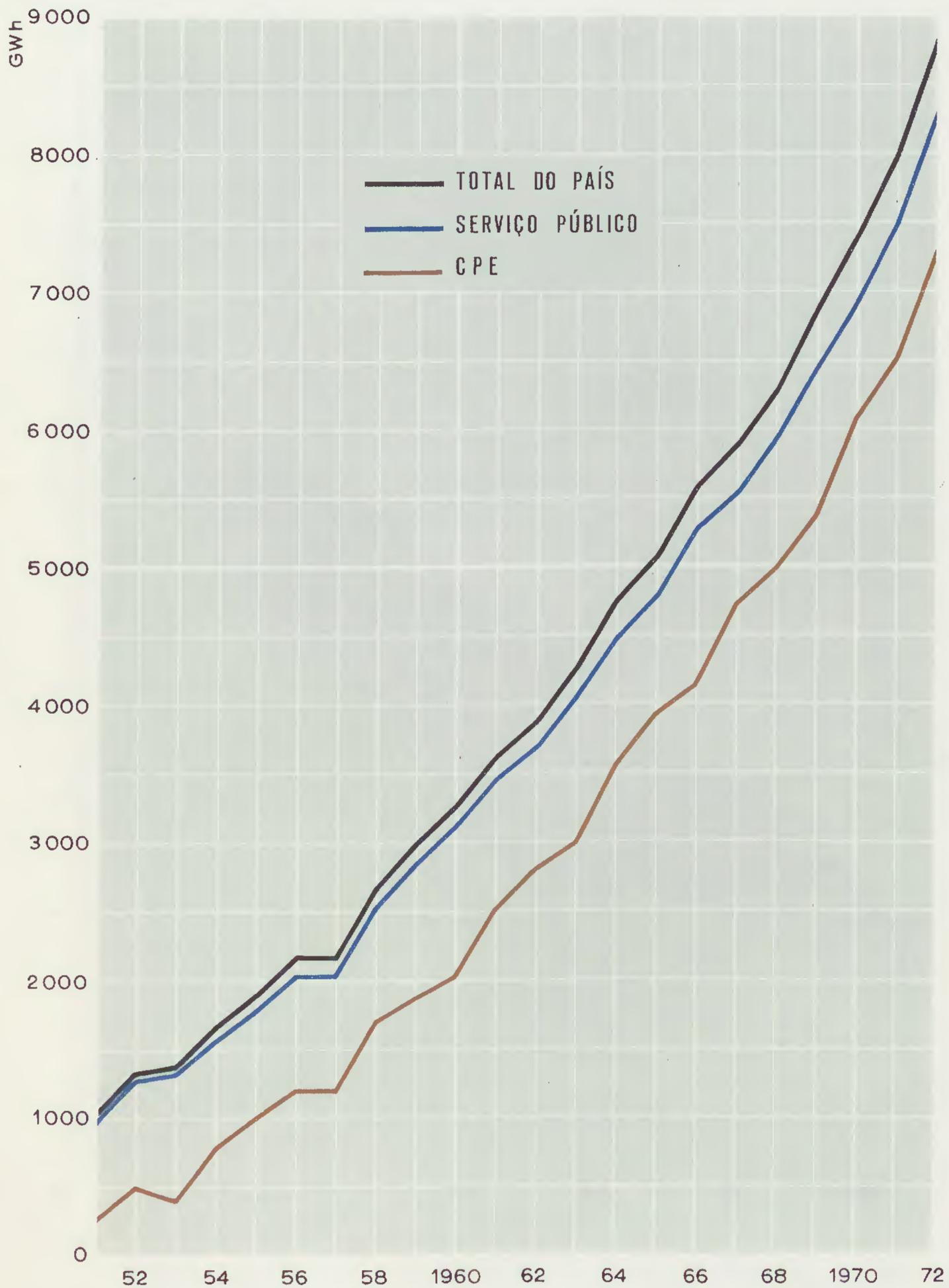
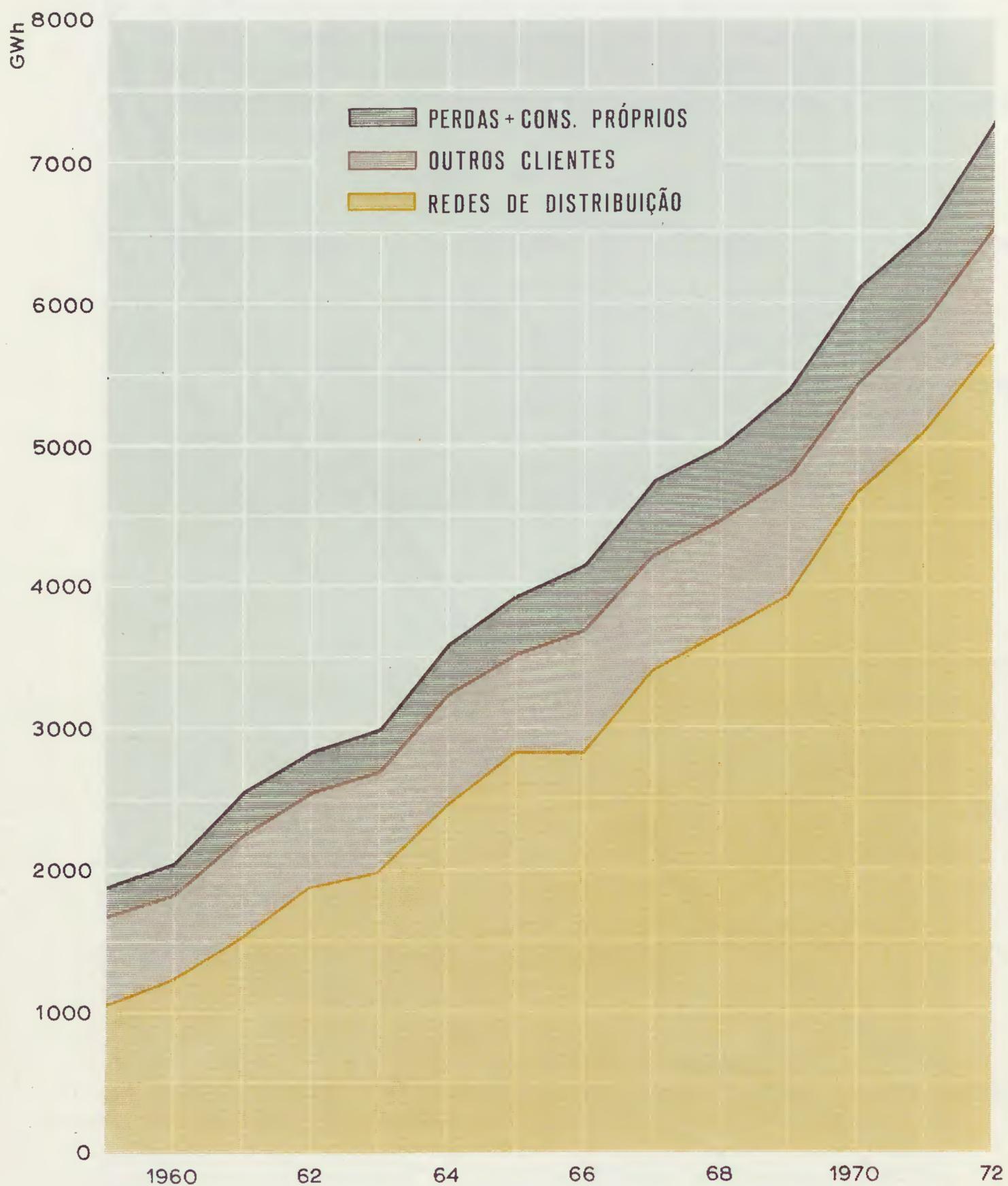
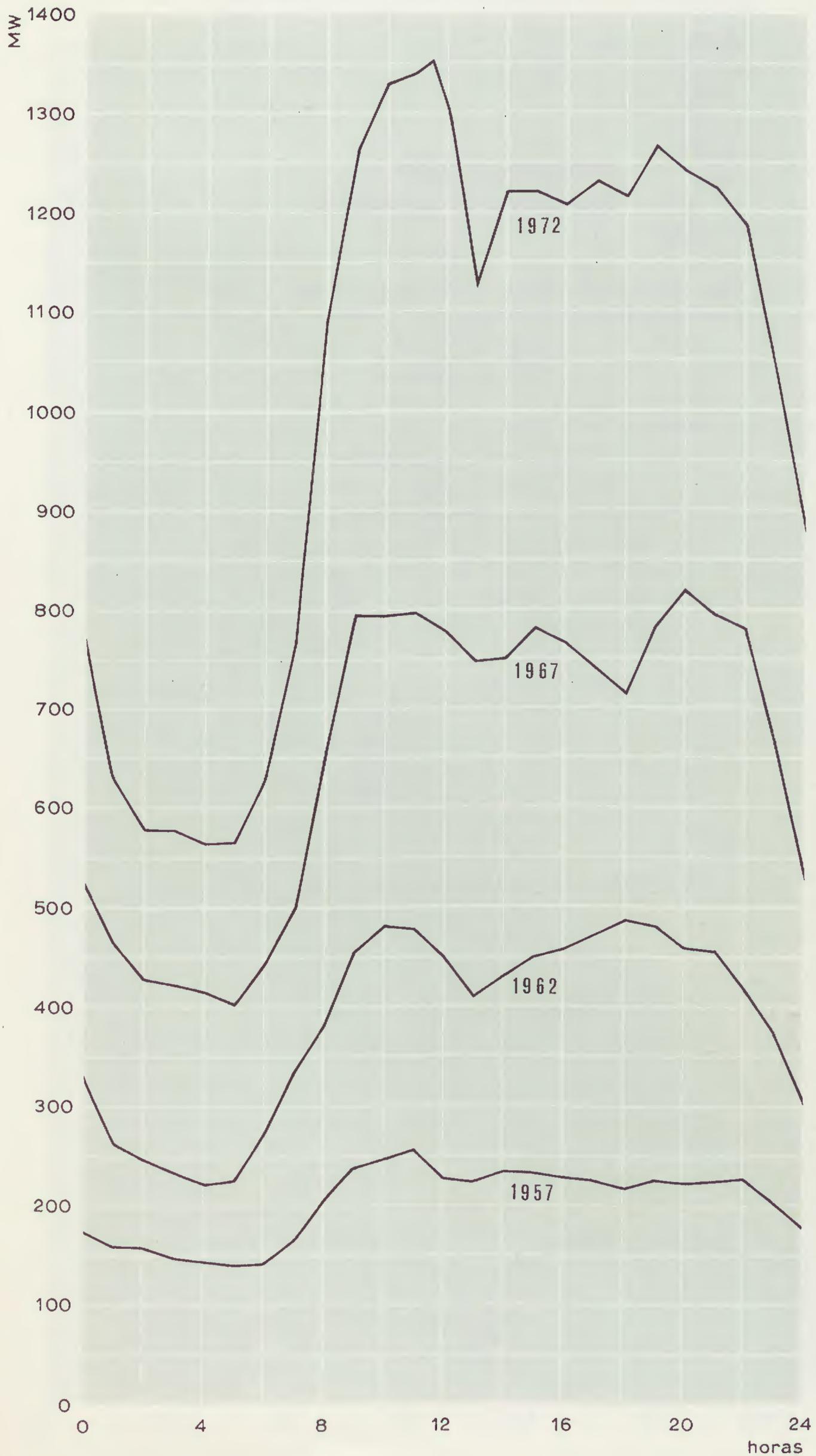


GRÁFICO 2

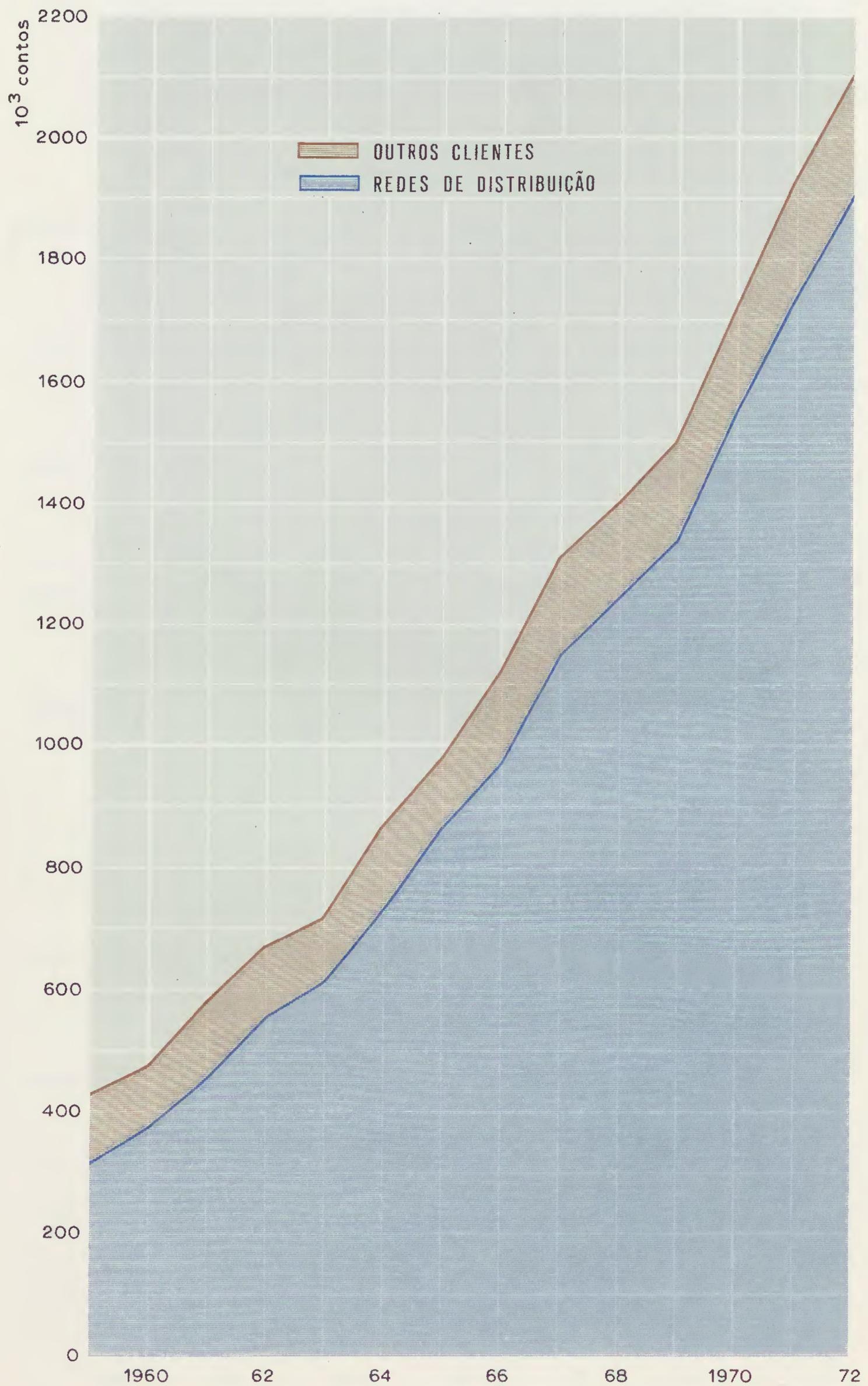
DESTINO DA ENERGIA NA REDE DA CPE



DIAGRAMAS DOS DIAS DE MAIOR CARGA ANUAL
NA REDE DA CPE



RECEITAS DA VENDA DE ENERGIA



Nas concessões:	Contos
Aproveitamentos hidráulicos	1 262 078
Centrais térmicas	473 641
Linhas	33 598
Subestações	112 168
Outros	10 824
	<hr/>
	1 892 309
Fora das concessões	43 985
	<hr/>
	1 936 294

Na verba relativa a aproveitamentos hidráulicos está incluída a quantia de 6 246 contos, correspondente à indemnização paga pela CPE à Hidro-Eléctrica Alto Alentejo, por acordo entre as duas empresas no quadro da aplicação das disposições pertinentes do § único do art. 5.º do Decreto-Lei n.º 47 240, de 6/10/66, para liquidação das despesas de estudos relativos ao aproveitamento do Fratel que haviam sido realizados por aquela empresa, o qual veio a ser objecto de concessão outorgada à rede primária.

Para o financiamento das obras executadas durante o ano lançou-se uma emissão de obrigações convertíveis em acções e recorreu-se às instituições especiais de crédito nacionais, não só na modalidade de empréstimos directos, mas também para o financiamento apropriado das aquisições de bens de equipamento.

A emissão de obrigações convertíveis, a primeira lançada em Portugal no quadro das disposições do Decreto-Lei n.º 397/71, de 22 de Setembro de 1971, obteve completo êxito na sua subscrição pela generalidade dos accionistas, e também pelo público em geral quanto à pequena quantidade de obrigações convertíveis que lhe foi destinada, obrigando a um rateio de relativa importância.

O financiamento total negociado em 1972 atingiu 1 751 114 contos, de que se formalizaram, todos no mercado interno, contratos no valor de apenas 1 440 539 contos, correspondendo a diferença a concretizações nos primeiros dias de 1973 — 180 000 contos — e à utilização de 130 575 contos de empréstimos externos firmados em anos precedentes:

	Mercado Interno (contos)	Mercado Externo (contos) (*)	Total (contos)
OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS	250 000		250 000
EMPRÉSTIMOS			
Banco de Fomento Nacional	520 000		520 000
Caixa Geral de Depósitos	607 802		607 802
Banco Mundial — I. B. R. D.		199	199
Lazard Brothers & Co. Ltd.		127 838	127 838
PRÉ-FINANCIAMENTOS	62 737	2 538	65 275
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	1 440 539	130 575	1 571 114

(*) Execução de contratos de anos anteriores.

Por sua vez, operou-se o reembolso de financiamentos anteriores por um quantitativo de 498 267 contos, dos quais 462 487 contos respeitavam a financiamentos a longo prazo. As amortizações financeiras desdobraram-se:

	Mercado Interno (contos)	Mercado Externo (contos)	Total (contos)
OBRIGAÇÕES CLASSICAS	126 648	9 833	136 481
EMPRÉSTIMOS			
Banco de Fomento Nacional	140 242		140 242
Caixa Geral de Depósitos	58 346		58 346
Banco Mundial — I. B. R. D.		76 769	76 769
Lazard Brothers & Co. Ltd.		15 243	15 243
Chase Manhattan Bank		28 710	28 710
Outros	6 696		6 696
PRÉ-FINANCIAMENTOS	8 663	27 117	35 780
	340 595	157 672	498 267

Pela conjugação dos elementos financeiros mencionados neste capítulo e de outros dados disponíveis, estabelece-se a relação «Investimento global/Meios de financiamento» como segue:

Investimento	1 936 294
Amortizações financeiras	498 267
	<hr/>
Investimento global	2 434 561
Financiamentos	1 571 114
Recursos gerados interna-	
mente	632 283
Crédito comercial	231 164 863 447
	<hr/>

o que põe em relevo:

- o investimento global foi coberto por novos capitais permanentes em 90,5 %, dos quais 26,0 % respeitam a fundos gerados internamente;
- o financiamento não oneroso, depois de satisfeita a quota-parte das amortizações financeiras, deixou disponível para autofinanciamento do acréscimo do imobilizado 6,9 % do valor deste, referindo-se os restantes 93,1 % a capital alheio, na linha de orientação conducente a um mais justo equilíbrio da composição dos capitais permanentes da Companhia.

7 — PLANO DE FINANCIAMENTO PARA 1973

Decorrente do respectivo plano de trabalho, o orçamento para 1973 prevê um investimento da ordem dos 2 540 milhares de contos, assim distribuído:

	Contos
Centros produtores	1 864 800
Linhas e subestações	500 000
Ampliação de centrais, estudos e laboratório	175 400
	<hr/>
	2 540 200

a que há a acrescentar, para encontrar a medida das nossas necessidades financeiras, 677 000 contos de reembolso de financiamentos anteriores.

Para fazer face a tal dispêndio — 3 217 200 contos — prevê-se a mobilização do saldo dos financiamentos contratados em anos precedentes e não totalmente utilizados, o recurso a meios gerados internamente, o aproveitamento do crédito comercial no âmbito de taxas apropriadas de redesconto no Banco Central aplicáveis a operações que envolvam compra de bens de equipamento de origem nacional e combustíveis para produção térmica, bem como a prática de outras operações adequadas de pré-financiamento, o que fixa as necessidades de fundos para 1973 em 2 344 600 contos, de que 2 150 000 contos deverão revestir a característica de novos capitais permanentes.

Tendo como base as estimativas da actividade global da Companhia nos sectores do investimento e da exploração, elaborou-se o orçamento de tesouraria para 1973 cujas previsões, em grandes rubricas, são as seguintes:

Recebimentos

	Contos
Venda de energia	2 273 360
Financiamentos	
— Transitados do ano anterior	204 000
— A contratar em 1973	2 140 600
	<hr/>
Diversos	301 040
	<hr/>
	4 919 000

Pagamentos

Pessoal	630 960
Amortizações financeiras	676 740
Juros e dividendos	1 117 000
Taxas, contribuições e impostos	330 680
Compras, empreitadas e serviços externos	2 100 000
Diversos	35 150
	4 890 530

8 — BALANÇO E RESULTADOS

Comparam-se no quadro seguinte as massas patrimoniais do balanço de 1972 da Companhia com relação a 1971:

Contos

	1972	1971	Diferença
ACTIVO			
Disponível	124 040	349 530	— 225 490
Realizável e transitório	827 601	839 025	— 11 424
Existências	266 818	222 607	+ 44 211
Imobilizado bruto	21 032 096	19 095 802	+ 1 936 294
Reintegrações	(2 559 511)	(2 164 789)	+ (394 722)
Imobilizado líquido	18 472 585	16 931 013	+ 1 541 572
TOTAL . . .	19 691 044	18 342 175	+ 1 348 869
PASSIVO			
Exigível a curto prazo e transitório	1 290 901	1 257 663	+ 33 238
Exigível a médio prazo	2 699 290	3 006 322	— 307 032
Exigível a longo prazo	6 693 024	5 356 475	+ 1 336 549
Soma . . .	10 683 215	9 620 460	+ 1 062 755
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Inicial	5 700 000	5 700 000	—
Acumulada	336 758	309 758	+ 27 000
Condicionada	2 422 179	2 212 627	+ 209 552
Adquirida	548 892	499 330	+ 49 562
Soma . . .	9 007 829	8 721 715	+ 286 114
TOTAL . . .	19 691 044	18 342 175	+ 1 348 869

Percentualmente, o quadro anterior exprime-se como segue:

	1972	1971
Disponível	0,6	1,9
Realizável e transitório	4,2	4,6
Existência	1,4	1,2
ACTIVO CIRCULANTE	6,2	7,7
IMOBILIZAÇÕES LÍQUIDAS	93,8	92,3
	<u>100</u>	<u>100</u>
PASSIVO A CURTO PRAZO	6,6	6,8
Passivo a médio e longo prazo	47,7	45,6
Capitais próprios e condicionados	43,1	45,0
CAPITAIS PERMANENTES	90,8	90,6
LUCROS DISTRIBUÍVEIS	2,6	2,6
	<u>100</u>	<u>100</u>

Dos dados constantes dos quadros anteriores decorre:

- O activo circulante, inferior ao de 1971, é todavia da mesma ordem de grandeza do passivo exigível a curto prazo;
- As immobilizações líquidas são cobertas em 96,8 % pelos capitais permanentes (98,2 % em 1971);
- Consequente à política adoptada para o financiamento da Companhia, a relação capitais alheios/capitais próprios e condicionados subiu de 1,013 em 1971 para 1,106 em 1972, situando a participação dos capitais próprios e condicionados na cobertura das immobilizações líquidas em 46 %, contra 48,7 % em 1971.

Pela primeira vez aparece no balanço a rubrica relativa a «Contas Transitórias e de Regularização» que engloba verbas destacadas da conta «Devedores e Credores Gerais», por forma a que esta releve, exclusivamente, débitos e créditos de terceiros em conta-

-corrente, ficando aquela reservada para movimentos contabilísticos que aguardam definição.

Para além de se incluírem em tal conta importâncias relativas à regularização do preço dos combustíveis líquidos, utilizados em centrais termoeléctricas, e de movimentos internos a regularizar, regista já uma verba de 25 000 contos correspondente à primeira entrega feita pelo Estado para o empreendimento de fins múltiplos da Aguieira, no rio Mondego.

Compara-se, seguidamente, o imobilizado bruto em exploração com as respectivas reintegrações acumuladas:

	Custo	Reintegrações		Valor vivo	
	Contos	Contos	%	Contos	%
Imobilizações afectas às concessões:					
Produção hidráulica . . .	11 691 235	1 223 318	10,5	10 467 917	89,5
Produção térmica . . .	2 081 429	374 636	18,0	1 706 793	82,0
Rede de transporte e outras instalações . . .	2 308 366	835 922	36,2	1 472 444	63,8
	16 081 030	2 433 876	15,1	13 647 154	84,9
Imobilizações não afectas às concessões	426 977	125 634	29,4	301 343	70,6
	16 508 007	2 559 510	15,5	13 948 497	84,5

De notar que a percentagem de reintegração das imobilizações afectas às concessões subiu de 13,9 em 1971 para 15,1 em 1972, diferença que é inferior às taxas legais realmente aplicadas por as mesmas não terem incidido sobre a verba de 1 052 230 contos incluída no quadro acima e referente ao investimento feito no centro produtor de Vilarinho das Furnas, que apenas se tornou industrialmente operacional em 1973.

Refere-se, além disso, que a percentagem indicada está reportada à totalidade dos custos dos empreendimentos, os quais incluem bens legalmente não reintegráveis (terrenos e acessos). Reportada apenas ao imobilizado reintegrável, aquela taxa eleva-se para 17,8 %.

No passivo que, como nos anos anteriores, agrupa as responsabilidades a um ano, a cinco anos e a mais de cinco anos, verifica-se uma subida de 1 062 755 contos, resultante fundamentalmente do encontro dos novos financiamentos com os reembolsos operados, como, aliás, poderá deduzir-se da observação do quadro seguinte,

que exprime o desdobramento analítico do saldo da conta «Financiamentos»:

	Saldo no início do ano	Movimento em 1972		Saldo no fim do ano
		Amortização	Financiamento	
OBRIGAÇÕES				
Mercado interno	2 163 723	126 648	250 000	2 287 075
Mercado externo	117 904	9 833	—	108 071
EMPRÉSTIMOS				
Mercado interno	4 781 453	205 284	1 127 802	5 703 971
Mercado externo	1 727 035	120 722	128 037	1 734 350
PRÉ-FINANCIAMENTOS				
Mercado interno	60 801	8 663	62 737	114 875
Mercado externo	112 794	27 117	2 538	88 215
	8 963 710	498 267	1 571 114	10 036 557

A Situação Líquida, além de exibir o resultado do ano, mostra-se acrescida da dotação para o Fundo de Reserva Legal aprovada na última Assembleia Geral e das subvenções legais — para auto-financiamento e para amortização financeira, fixadas nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 46 031 de 14/11/1964, e 46 917 de 23/3/1966 — totalizando estas 220 000 contos (216 000 contos em 1971), conforme aprovação oficial.

Também na linha de procedimentos anteriores constituíram-se provisões para cobertura de encargos vencidos mas que não foi possível liquidar dentro do exercício.

No que diz respeito à exploração e aos resultados da Companhia, comparam-se os proveitos e os custos obtidos em 1971 e 1972:

	1972	1971	Variação	
			Contos	%
PROVEITOS				
Venda de energia	2 103 286	1 925 336	+ 177 950	+ 9,2
Consumos próprios	8 289	12 146	- 3 857	- 31,8
Resultados diversos	3 201	2 442	+ 759	+ 31,1
FAT — Cobertura de encargos variáveis	191 885	196 066	- 4 181	- 2,1
TOTAL	2 306 661	2 135 990	+ 170 671	+ 8,0
CUSTOS				
Compra de energia	303	493	- 190	- 38,5
Combustíveis	164 291	164 803	- 512	- 0,3
Encargos gerais departamentais	47 891	38 653	+ 9 238	+ 23,9
Encargos de exploração	144 867	125 738	+ 19 129	+ 15,2
Encargos de conservação	97 456	82 456	+ 15 000	+ 18,2
Reintegração de imobil. afectas às concessões	317 712	312 026	+ 5 686	+ 1,8
Subvenção para investimento	160 000	157 500	+ 2 500	+ 1,6
Subvenção para amortização fi- nanceira	60 000	58 500	+ 1 500	+ 2,6
FAT — Participação na receita	218 742	238 742	- 20 000	- 8,4
Soma	1 211 262	1 178 911	+ 32 351	+ 2,7
Despesas gerais	54 832	43 085	+ 11 747	+ 27,3
Despesas de formação e estudos	7 231	3 561	+ 3 670	+ 103,1
Taxas, contribuições e impostos	99 607	77 359	+ 22 248	+ 28,8
Encargos financeiros	379 641	323 686	+ 55 955	+ 17,3
Reintegração de imobil. não afectas às concessões	1 395	889	+ 506	+ 56,9
Encargos a amortizar	8 184	13 444	- 5 260	- 39,1
Soma	550 890	462 024	+ 88 866	+ 19,2
TOTAL	1 762 152	1 640 935	+ 121 217	+ 7,4
RESULTADOS	544 509	495 055	+ 49 454	+ 10,0

Nos proveitos assinala-se, como mais saliente, a subida de 9,2 % na receita da venda de energia, a contrapor-se a um aumento global de custos da ordem dos 7,4 %. Contribuiu para esta situação de relativo equilíbrio o bom nível do regime hidrológico do ano, a exigir um apoio térmico que não excedeu o do ano anterior.

A percentagem de receita atribuída ao Fundo de Apoio Térmico — que nos termos do Decreto-Lei n.º 46 031, de 14/11/64, é estabelecida por despacho da Secretaria de Estado da Indústria — foi fixada, para 1972, em 10,4 %, tendo em conta as características hidrológicas do ano findo e as correspondentes previsões de produção térmica relativas a 1973.

Nos gastos gerais da empresa verifica-se um aumento significativo de encargos, proveniente sobretudo de despesas com o pessoal.

Em termos de tesouraria, os movimentos registados no ano cifram-se no seguinte:

	Contos 1972	Contos 1971	% Diferença
ORIGEM DE FUNDOS			
Receita cobrada de energia eléctrica	2 117 766	1 897 605	+ 11,6
Financiamentos	1 571 113	1 807 167	- 13,1
Resultados diversos	3 201	2 442	+ 31,1
Soma	3 692 080	3 707 214	- 0,4
APLICAÇÃO DE FUNDOS			
Exploração:			
Despesas operacionais	534 124	499 374	+ 7,0
Juros	316 343	233 248	+ 35,6
Impostos	114 790	55 676	+ 106,2
Soma	965 257	788 298	+ 22,4
Investimento	1 936 294	1 761 883	+ 9,9
Reembolsos financeiros	494 178	458 294	+ 7,8
Dividendos	440 096	438 139	+ 0,4
Outras	81 745	124 888	- 34,5
	3 917 570	3 571 502	+ 9,7
Variação das disponibilidades	- 225 490	+ 135 712	
Disponibilidades no início do ano	349 530	213 818	+ 63,5
Disponibilidades no fim do ano	124 040	349 530	- 64,5

O exercício de 1972 fecha com o saldo de 544 508 671\$54 que, adicionado ao saldo do exercício anterior, perfaz 548 892 536\$92.

Nestas condições e tendo em conta a conjuntura relativamente favorável em que se processou a exploração, como já foi referido, o Conselho de Administração tem a honra de propor à Assembleia Geral a seguinte distribuição do saldo disponível:

1 — Reserva Legal	27 500 000\$00
2 — Participação do pessoal nos lucros (n.º 1 do art. 52.º dos Estatutos)	32 000 000\$00
3 — Dividendo de 8,5 %	484 500 000\$00
4 — Saldo para conta nova	4 892 536\$92
	<hr/>
	548 892 536\$92

9 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

O último exercício ficou assinalado pela inauguração oficial de dois novos aproveitamentos hidroelétricos — Vilarinho das Furnas, no rio Homem, e Carrapatelo, no troço nacional do rio Douro — a cujas inaugurações se dignou presidir o Venerando Chefe do Estado. A presença do Senhor Presidente da República, que deu aos actos significação e relevância verdadeiramente nacionais, bem demonstra o interesse que Sua Excelência continua a dedicar às actividades do sector da produção de energia eléctrica, e torna-o credor do mais vivo reconhecimento de toda a Companhia.

Estiveram também presentes nas cerimónias de inauguração os Senhores Ministro de Estado para o Planeamento Económico, Ministro do Interior, Ministro das Obras Públicas e das Comunicações, Secretário de Estado do Tesouro, Secretário de Estado das Obras Públicas, Secretário de Estado da Agricultura, Secretário de Estado do Comércio, Secretário de Estado da Indústria, Subsecretário de Estado do Trabalho e Previdência, Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino e muitas outras individualidades, a quem igualmente agradecemos por nos terem acompanhado nestes momentos grandes da vida da empresa.

O Senhor Ministro das Obras Públicas visitou em Outubro os trabalhos em curso para a construção do aproveitamento hidroelétrico da Aguieira, no rio Mondego. Registamos aqui o facto pelo significado especial da visita, feita no momento de arranque de mais um importante empreendimento para a economia nacional a levar a cabo pela Companhia Portuguesa de Electricidade.

No decurso do ano de 1972, deixou o cargo de administrador da Companhia, por ter sido chamado ao Governo como Secretário de Estado da Indústria, o Senhor Doutor Hermes Augusto dos Santos, a quem desejamos as maiores felicidades no exercício desse alto cargo.

A realização das tarefas cometidas à Companhia bem se compreende que exija pela nossa parte, nos vários departamentos da administração pública, contactos frequentes com os membros do Governo, e justo é realçar o apoio e compreensão que sempre temos encontrado e que muito têm facilitado a resolução dos múltiplos problemas inerentes à gestão da empresa. É-nos grato, por isso, deixar aqui expresso o reconhecimento devido ao Governo da Nação, em particular aos Senhores Ministro das Finanças e da Economia, Ministro das Obras Públicas e das Comunicações, Ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência, Secretário de Estado da Indústria, Secretário de Estado do Tesouro, Secretário de Estado do Orçamento e Secretário de Estado do Trabalho e Previdência — envolvendo, nos casos respectivos, as pessoas dos antecessores e actuais titulares.

As diversas Direcções-Gerais, à Comissão de Fiscalização das Obras dos Grandes Aproveitamentos Hidroeléctricos e a outras entidades oficiais, designadamente da Presidência do Conselho e dos Ministérios com quem a Companhia mantém relações de trabalho, agradecemos também a ajuda pronta e valiosa que sempre nos tem sido dispensada.

As instituições especiais de crédito do mercado financeiro — Caixa Geral de Depósitos e Banco de Fomento Nacional — continuaram a assumir posição de relevo no financiamento da Companhia, o que deixamos registado com uma nota de reconhecimento. Continuámos também a encontrar o melhor apoio do Banco de Portugal sempre que a ele tivemos de recorrer.

Aos bancos comerciais com quem trabalhámos, e ainda aos accionistas e público em geral, pelo modo como corresponderam à iniciativa da emissão de obrigações convertíveis, manifestamos o nosso sincero agradecimento.

Cumpre-nos anotar a forma como o Conselho Fiscal tem acompanhado a actividade da empresa e agradecer a colaboração atenta e prestimosa que nos tem sido prestada. Pelo falecimento do vogal do mesmo Conselho, Doutor José dos Santos Ferreira da Costa, tão prematuramente afastado do nosso convívio, expressamos o nosso sentido pesar.

O pessoal, em geral, é merecedor de uma palavra de apreço pelo empenhamento com que se tem dedicado às funções específicas que lhe cabem na realização dos objectivos da Companhia, no quadro duma evolução orientada para formas mais dinâmicas e modernas de gestão.

Porto, 28 de Fevereiro de 1973

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Albino Machado Vaz — Presidente

Fernando Ivo Gonçalves — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência

Manuel Rafael Amaro da Costa — Vogal do Conselho de Gerência

Pedro Manuel de Oliveira Reis — Vogal do Conselho de Gerência

José de Oliveira Campos — Vogal do Conselho de Gerência

Valentim de Almeida e Sousa — Vogal do Conselho de Gerência

Elysio de Oliveira Alves Pimenta

Fernando Moreira Ribeiro

Henrique Veiga de Macedo

Júlio Manuel Pereira

MAPAS

BALANÇO EM 31 DE

<u>ACTIVO</u>			
DISPONÍVEL			
Caixa		733 218\$90	
Bancos		123 306 820\$22	124 040 039\$12
REALIZÁVEL			
Clientes		380 529 668\$90	
Devedores e Credores Gerais — Saldos Devedores		50 598 161\$41	
Fornecedores e Empreiteiros — Saldos Devedores		73 117 682\$39	
Acções Próprias		225 905 000\$00	
Carteira de Títulos		24 130 371\$75	754 280 884\$45
EXISTENCIAS			
Materiais em Armazém		121 367 490\$66	
Combustíveis		97 608 593\$15	
Obras em Curso		47 842 032\$69	266 818 116\$50
IMOBILIZADO			
Participações Financeiras		68 890 300\$00	
Encargos a Amortizar		18 302 059\$76	
Concessões Mineiras		29 423 590\$10	
Estudos e Projectos Gerais		130 393 992\$16	
Imobilizações em Curso		4 277 078 666\$15	
Imobilizações Afectas às Concessões:			
Aproveitamentos Hidroeléctricos	11 691 234 711\$57		
Reintegrações	— 1 223 317 868\$62	10 467 916 842\$95	
Centrais Térmicas	2 081 429 023\$83		
Reintegrações	— 374 636 161\$45	1 706 792 862\$38	
Linhas	1 259 859 523\$76		
Subestações	903 282 060\$69		
Outras Imobilizações	145 224 650\$75		
Reintegrações	2 308 366 235\$20	1 472 444 207\$08	13 647 153 912\$41
Imobilizações não Afectas às Concessões		426 976 874\$96	
Reintegrações		— 125 634 225\$22	301 342 649\$74
			18 472 585 170\$32
DE TRANSIÇÃO			
Contas Transitórias e de Regularização — Saldos Devedores			73 320 389\$58
			<u>19 691 044 599\$97</u>
CONTAS DE ORDEM			<u>3 949 787 264\$76</u>

Porto, 28 de Fevereiro de 1973

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

PASSIVO

CURTO PRAZO

Dividendos a Pagar		8 114 938\$29	
Juros a Pagar		19 779 979\$56	
Obrigações Sorteadas		19 774 000\$00	
Efeitos a Pagar		213 958 191\$30	
Financiamentos:			
Obrigações	142 312 500\$00		
Empréstimos	488 082 049\$40		
Com Garantia por Efeitos a Pagar	39 626 330\$26	670 020 879\$66	
Devedores e Credores Gerais — Saldos Credores		77 929 379\$17	
Fornecedores e Empreiteiros — Saldos Credores		141 920 093\$65	
Fundo de Apoio Térmico		2 106 586\$55	
Provisões — Para Encargos Fiscais		110 500 000\$00	1 264 104 048\$18

MÉDIO PRAZO

Financiamentos:			
Obrigações		680 547 750\$00	
Empréstimos		1 855 279 447\$30	
Com Garantia por Efeitos a Pagar		163 462 888\$54	2 699 290 085\$84

LONGO PRAZO

Financiamentos:			
Obrigações	1 572 286 000\$00		
Empréstimos	5 094 960 481\$81	6 667 246 481\$81	
Valores Condicionados		25 777 430\$30	6 693 023 912\$11

DE TRANSIÇÃO

Contas Transitórias e de Regularização — Saldos Credores			26 797 049\$53	10 683 215 095\$66
--	--	--	----------------	--------------------

SITUAÇÃO LÍQUIDA

INICIAL				
Capital				5 700 000 000\$00
ACUMULADA				
Reservas:				
Obrigatórias:				
Legal		108 400 000\$00		
Facultativas:				
Estabilização de Dividendos	218 187 747\$53			
Acção Social	10 170 000\$00	228 357 747\$53	336 757 747\$53	
CONDICIONADA				
Subvenções Recebidas:				
Para Investimento (*)	838 845 889\$53			
Para Amortização Financeira	407 850 365\$10	1 246 696 254\$63		
Comparticipações		89 242 187\$17		
Reconstituição do Investimento (*)		1 015 079 104\$94		
Provisões		71 161 673\$12	2 422 179 219\$86	
ADQUIRIDA				
Lucros e Perdas:				
De Exercícios Anteriores		4 383 865\$38		
Do Exercício		544 508 671\$54	548 892 536\$92	9 007 829 504\$31
				19 691 044 599\$97
CONTAS DE ORDEM				3 949 787 264\$76

(*) Incluem fundos sujeitos aos condicionamentos do Decreto-Lei n.º 49 211, de 27-8-69, designadamente o seu art. 12.º

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- José Albino Machado Vaz* — Presidente
Fernando Ivo Gonçalves — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência
Manuel Rafael Amaro da Costa — Vogal do Conselho de Gerência
Pedro Manuel de Oliveira Reis — Vogal do Conselho de Gerência
José de Oliveira Campos — Vogal do Conselho de Gerência
Valentim de Almeida e Sousa — Vogal do Conselho de Gerência
Elysio de Oliveira Alves Pimenta
Fernando Moreira Ribeiro
Henrique Veiga de Macedo
Júlio Manuel Pereira

D É B I T O

Compra de Energia		303 266\$40
Combustíveis		164 291 443\$74
Encargos Gerais Departamentais (Quota-Parte):		
Pessoal	31 302 872\$45	
Fornecimentos e Serviços Externos	4 862 172\$53	
Materiais de Armazém	18 200\$36	
Serviços e Prestações Internas	6 442 138\$17	
Reintegração de Imobilizações não Afectas às Concessões	2 205 455\$42	
Outras Despesas	3 060 187\$53	47 891 026\$46
Encargos de Exploração:		
Pessoal	101 179 041\$63	
Fornecimentos e Serviços Externos	13 855 807\$33	
Materiais de Armazém	3 464 446\$41	
Serviços e Prestações Internas	24 547 590\$34	
Reintegração de Imobilizações não Afectas às Concessões	477 002\$30	
Outras Despesas	1 343 323\$01	144 867 211\$02
Encargos de Conservação e Reparação:		
Pessoal	50 436 430\$95	
Fornecimentos e Serviços Externos	12 449 637\$43	
Materiais de Armazém	7 812 986\$92	
Serviços e Prestações Internas	22 013 192\$24	
Reintegração de Imobilizações não Afectas às Concessões	40 871\$87	
Outras Despesas	4 703 020\$43	97 456 139\$84
Reintegração de Imobilizações Afectas às Concessões		317 711 872\$81
Subvenção para Investimento		160 000 000\$00
Subvenção para Amortização Financeira		60 000 000\$00
Fundo de Apoio Térmico		
S/ Participação na Receita		218 741 789\$85
		<u>1 211 262 750\$12</u>
Resultados da Exploração		1 092 197 907\$53
		<u><u>2 303 460 657\$65</u></u>

Porto, 28 de Fevereiro de 1973

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

CRÉDITO

Venda de Energia:

Cientes	2 101 308 220\$10	
Outros	1 978 220\$80	2 103 286 440\$90

Consumos Próprios		8 288 988\$85
-----------------------------	--	---------------

Fundo de Apoio Térmico

Cobertura de Encargos Variáveis		191 885 227\$90
---	--	-----------------

2 303 460 657\$65

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Albino Machado Vaz — Presidente

Fernando Ivo Gonçalves — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência

Manuel Rafael Amaro da Costa — Vogal do Conselho de Gerência

Pedro Manuel de Oliveira Reis — Vogal do Conselho de Gerência

José de Oliveira Campos — Vogal do Conselho de Gerência

Valentim de Almeida e Sousa — Vogal do Conselho de Gerência

Elyσιο de Oliveira Alves Pimenta .

Fernando Moreira Ribeiro

Henrique Veiga de Macedo

Júlio Manuel Pereira

D É B Í T O

Despesas Gerais (Quota-Parte):

Órgãos Sociais	2 619 956\$35	
Pessoal	34 872 083\$08	
Expediente	1 071 472\$83	
Publicidade e Propaganda	536 434\$45	
Outras	15 731 671\$85	54 831 618\$56

Despesas de Formação e Estudos:

Pessoal	2 644 178\$51	
Materiais e Serviços Externos	1 967 603\$78	
Serviços Internos e Outras Despesas	2 619 881\$73	7 231 664\$02

Taxas, Contribuições e Impostos 114 790 311\$60

Encargos Financeiros 379 641 094\$51

Reintegração de Imobilizações não Afectas às Concessões 1 394 583\$53

Encargos a Amortizar — Amortização 8 183 998\$34

566 073 270\$56

Provisão para Encargos Fiscais — Constituição 94 458 021\$00

660 531 291\$56

SALDO:

De Exercícios Anteriores 4 383 865\$38

Do Exercício 544 508 671\$54

1 209 423 828\$48

Porto, 28 de Fevereiro de 1973

O Director Central para os Assuntos Financeiros

Mário A. Gomes

PERDAS

72

CRÉDITO

Resultados da Exploração Eléctrica			1 092 197 907\$53
Resultados Diversos:			
Rendimentos de Valores Mantidos para Fruição		510 066\$05	
Rendimentos Financeiros		1 122 740\$34	
Descontos de Pronto Pagamento e Bónus de Fornecedores		184 766\$30	
Remunerações pelo Exercício de Cargos em Órgãos de Outras Sociedades		52 920\$00	
Mais-Valias e Outros Rendimentos		2 161 371\$54	
		<u>4 031 864\$23</u>	
Exploração de Oficinas (Prejuízo)	— 75 900\$59		
Exploração do Laboratório (Prejuízo)	— 316 153\$96		
Exploração dos Transportadores de Carvão (Prejuízo)	— 438 775\$11	— 830 829\$66	3 201 034\$57
			<u>1 095 398 942\$10</u>
Provisão para Encargos Fiscais — Utilização			109 641 021\$00
			<u>1 205 039 963\$10</u>
De Exercícios Anteriores			4 383 865\$38
			<u><u>1 209 423 828\$48</u></u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Albino Machado Vaz — Presidente

Fernando Ivo Gonçalves — Vice-Presidente; Presidente do Conselho de Gerência

Manuel Rafael Amaro da Costa — Vogal do Conselho de Gerência

Pedro Manuel de Oliveira Reis — Vogal do Conselho de Gerência

José de Oliveira Campos — Vogal do Conselho de Gerência

Valentim de Almeida e Sousa — Vogal do Conselho de Gerência

Elysio de Oliveira Alves Pimenta

Fernando Moreira Ribeiro

Henrique Veiga de Macedo

Júlio Manuel Pereira

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

SENHORES ACCIONISTAS:

Antes de começarmos o Relatório e Parecer, desejamos manifestar a nossa profunda mágoa pelo falecimento do membro deste Conselho, Doutor José dos Santos Ferreira da Costa.

Dotado de elevadas qualidades morais e profissionais, o Conselho Fiscal perdeu com o seu passamento uma valiosa e dedicada colaboração.

Aqui expressamos a nossa saudade e o preito da mais sentida homenagem à sua memória.

*
* *
*

No cumprimento das disposições legais e dos preceitos estatutários, passamos a submeter a V. Ex.^{as} o Relatório da nossa actividade e o nosso Parecer sobre o Relatório, Balanço e Contas do Exercício de 1972 apresentados pelo Conselho de Administração.

Efectuámos as verificações relativas ao cumprimento das nossas obrigações, tendo-nos sido dada a melhor colaboração e prestados esclarecimentos. Assim, axaminámos periodicamente a regularidade dos livros, registos contabilísticos e respectiva documentação e procedemos, também com a devida periodicidade, à verificação de existências e de outros bens e valores da Sociedade ou à sua guarda, nada tendo encontrado que mereça ser posto em realce.

O Relatório do Conselho de Administração e a documentação com ele publicada mostram claramente a actividade desenvolvida pela Companhia ao longo do exercício de 1972.

Analizados aqueles documentos e ouvida a auditoria externa, verificamos que os mesmos estão de acordo com as disposições legais e estatutárias, assentando o Balanço e as Contas em critérios valorimétricos usuais e segundo as normas próprias da actividade da Empresa.

Associamo-nos ao Conselho de Administração no reconhecimento a todas as entidades que apoiaram a Sociedade e agradecemos as referências que nos foram feitas no Relatório.

É também nosso desejo cumprimentar o Ex.^{mo} Senhor Doutor Hermes Augusto dos Santos pela sua nomeação para o alto cargo de Secretário de Estado da Indústria, augurando-lhe as maiores felicidades no seu exercício.

Concluindo, somos de parecer que aproveis:

- 1.º — O Relatório, Balanço e Contas apresentados pelo Conselho de Administração;
- 2.º — A aplicação proposta para o saldo da conta de Lucros e Perdas;
- 3.º — Um voto de louvor aos Conselhos de Administração e de Gerência pela sua competente e zelosa actuação;
- 4.º — Um voto de louvor à Direcção e a todo o pessoal pela dedicação demonstrada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 9 de Março de 1973

O CONSELHO FISCAL

Manuel Pires — Presidente

António Amaral

Félix Bernardino de Freitas Veloso

Adelino da Palma Carlos, por Comp.^{as} Reunidas Gás e Electricidade, S.A.R.L.

